

## DOSSIÊ: VIOLÊNCIA EM CONTEXTO ESCOLAR E ESCOLA EM CONTEXTO VIOLENTO

# UPPs E EDUCAÇÃO – POSSÍVEIS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA NA SEGREGAÇÃO ESCOLAR

**MARCIO DA COSTA**

Doutor em Sociologia pelo IUPERJ, com mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador do GT Educação e Sociedade da Sociedade Brasileira de Sociologia. Desde 2017, é diretor da Escola de Formação Paulo Freire.

**KARINA RIEHL DE SOUZA ALMEIDA**

Mestre em Políticas e Instituições Educacionais e graduada em Pedagogia, ambos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou no grupo de pesquisa do GESED Grupo de Estudos dos Sistemas Educacionais e foi bolsista do LaPOE - Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais do Observatório Educação e Cidade.

---

### RESUMO

O artigo se propõe a investigar implicações potenciais de uma política de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro – as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, em aspectos das oportunidades escolares, especialmente sobre a composição discente das escolas municipais de uma região da cidade. Foi escrito antes da virtual falência desta política, em meio à crise profunda do governo estadual do Rio de Janeiro. O desenho da pesquisa se baseia na ideia de que é possível a ocorrência de alterações na composição socioeconômica nas escolas da região estudada. Para tal, foi acompanhada a evolução dos indicadores educacionais e sociais dessas escolas antes e depois da implantação das UPPs, segundo modelo de série temporal interrompida. Amostras de estudantes de uma área da cidade foram observadas ao longo de cinco anos, por meio de geocodificação. Percebe-se um possível efeito, ainda que discreto, quanto aos impactos das UPPs nas escolas, tornando o grupo de escolas localizadas a mais de 100 metros de favela(s) um pouco mais heterogêneas, quanto ao seu corpo discente, no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2008.

**Palavras-chave:** Unidades de Polícia Pacificadora; segregação escolar; Rio de Janeiro.

---

### ABSTRACT

#### **UPPS AND EDUCATION: POSSIBLE IMPACTS OF THE IMPLANTATION OF UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA ON SCHOOL SEGREGATION**

*This article intends to investigate the potential implications of a public safety policy implemented by the State of Rio de Janeiro – the Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, in terms of educational opportunities, with a special focus on the student composition in municipal schools of one specific region of Rio de Janeiro. The article was written before the policy's virtual failure, which took place during a deep crisis involving the state's government. The research design was based on the idea that socioeconomic changes might have occurred in schools located in that region after UPPs. To verify that hypothesis, we analyzed educational and social indicators of such schools, considering the periods before and after the implementation of UPPs, using an interrupted time series model. We observed geocoded samples of students from such region for the period of five years. The results show a possible,*

*while discreet, impact of UPPs in schools: the group of schools located up to 100 meters from favelas has showed a more heterogeneous student body in 2012, when compared to 2008.*

**Key-words:** *Unidades de Polícia Pacificadora; school segregation; Rio de Janeiro.*

DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n2.984

Data de recebimento: 30/07/2018 – Data de aprovação: 12/11/2018

---

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O artigo se propõe a investigar implicações potenciais de uma política de segurança pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro – as Unidades de Polícia Pacificadora – UPPs, em aspectos das oportunidades escolares, especialmente sobre a composição discente das escolas municipais de uma região da cidade. Foi escrito antes da virtual falência desta política, em meio à crise profunda do governo estadual do Rio de Janeiro.

Nos estudos da Sociologia da Educação e da Sociologia Urbana, as desigualdades de oportunidades escolares atreladas à organização social do território têm se mostrado um importante objeto de estudo<sup>1</sup>, acrescentando elementos à reconhecida força do capital econômico, social e cultural sobre oportunidades, trajetórias e desempenhos escolares. O território em que residem e/ou estudam os alunos, vem ganhando destaque por condensar características que impactam direta ou indiretamente suas vidas escolares.

Em 2008, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, através de sua Secretaria de Segurança Pública, propôs um novo modelo de segurança e policiamento, nomeado de Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. A proposta consiste na ocupação permanente de cada favela escolhida com unidades policiais, com vistas a: remover o controle territorial do crime organizado, desenvolver uma estratégia de aproximação entre a população e a polícia, implementar políticas sociais, proporcionar a retomada dos direitos e acessos a serviços e incorporar as favelas e seus moradores à dinâmica regular da cidade (FLEURY, 2012).

As UPPs alcançaram destaque no cenário nacional pelos diversos benefícios proporcionados (CANO et al, 2012). Sua implantação não tem, declaradamente, por objetivo acabar com o tráfico de drogas nas favelas ocupadas (CANO; SILVA, 2016). As metas e os impactos almejados pela política são a retomada de territórios antes dominados por facções criminosas, a redução dos conflitos e disputas armadas por pontos de venda drogas entre facções diferentes, assim como a diminuição da violência e número de mortes devido às incursões e operações policiais pontuais. Supõe-se, também, a integração das favelas à cidade formal, com a entrada e a expansão dos serviços públicos e da iniciativa privada, a formalização das atividades econômicas e dos serviços, assim como a expansão do direito de ir e vir dos moradores.

Estudos que abordam a conformação demográfica da cidade do Rio de Janeiro apontam que os traços característicos da organização social e urbana da cidade configuram o chamado “modelo carioca de segregação social”, que se caracteriza por apresentar a combinação entre distância social e a significativa proximidade geográfica das diferentes camadas sociais (RIBEIRO; KOSLINSKI, 2009; ALVES et al, 2008). A presença das favelas distribuídas pela cidade é a expressão mais visível desse modelo carioca de organização urbana, com uma perceptível distância material e simbólica entre os espaços que agregam

---

<sup>1</sup> As pesquisas pioneiras realizadas nos anos de 1920 constituem o que hoje é conhecido como “Escola de Chicago”. Os estudos traziam abordagens microsociológicas e etnográficas e tinham a cidade de Chicago como objeto de exploração (HEINRICH, 2006).

grupos socialmente distantes, mas residindo proximamente. Nessa perspectiva, Ribeiro e Koslinski (2009) argumentam que, se por um lado, a presença das favelas nos bairros abastados aproxima os grupos, classes sociais e os bens urbanos no território, por outro, hierarquiza suas práticas e filtra o acesso aos bens urbanos através de mecanismos políticos, institucionais e simbólicos que separam favela e cidade.

No âmbito educacional, a rede de ensino público em alguma medida toma parte desse processo mais geral de segregação, promovendo o local de moradia a um dos possíveis condicionantes das oportunidades educacionais. Tendencialmente, os “mais pobres frequentam as piores escolas, o que geralmente é determinado pela localização do domicílio e do próprio estabelecimento de ensino” (ALVES, et al, 2010, p. 68). Segundo Burgos (2009) o prestígio das escolas é muitas vezes determinado pela localização da residência de seu alunado e/ou do próprio lugar de instalação do estabelecimento escolar.

A segregação territorial pode diferenciar as escolas, funcionários e alunos, impondo limites no que tange ao trabalho pedagógico e ao processo de socialização. Como em outras cidades, no Rio de Janeiro, as escolas tendem a concentrar seu público entre os moradores das áreas em que estão localizadas. Estando os moradores isolados socialmente, simbolicamente e territorialmente, a escola pode vir a funcionar sob o princípio organizacional, pedagógico e institucional de encapsulamento, o que fortaleceria a distância social e a reprodução da situação de segregação territorial já existente na cidade. Nossa equipe<sup>2</sup> tem se dedicado de longa data a estudar fenômenos de segregação escolar articulados à desigual distribuição de oportunidades sociais e a heranças de desigualdade (BARTHOLO; COSTA, 2014, 2016; BRITO; COSTA, 2010; CARVALHO et al, 2016; COSTA; BARTHOLO, 2014; COSTA; PRADO; ROSISTOLATO, 2013; COSTA; KOSLINSKI, 2011, 2012; COSTA, 2010; KOSLINSKI et al, 2014).

O encapsulamento social, que poderia ser associado com uma espécie de *tracking* informal, reforça desigualdades já existentes, uma vez que aqueles que têm desvantagens quanto às características de origem são agrupados em estabelecimentos igualmente deficientes, o que leva a uma “baixa heterogeneidade social na composição social das escolas” (BURGOS, 2009, p. 68).

Atrelando a discussão sobre a organização social do território carioca à proposta política de segurança do Estado e como essas impactam o sistema municipal de educação, o objetivo desse artigo é observar as possíveis mudanças de padrão quanto às oportunidades de alocação de alunos nas escolas públicas municipais.

Partimos do pressuposto de que a implantação das UPPs pode impactar a composição socioeconômica de escolas sob sua influência, que tenderiam a ter o seu corpo discente mais heterogêneo, já que os alunos residentes de áreas de favela, provavelmente, passariam a ter alguma chance maior de acesso às escolas localizadas fora das favelas e/ou das áreas que sofrem domínio dos traficantes de drogas ou milicianos. Poderia haver, também, mudança no comportamento da burocracia escolar quanto ao estereótipo dos alunos favelados, pela redução da associação imediata à violência e ao tráfico de drogas.

Podemos supor que, antes da presença das UPPs, alunos moradores de favela eram concentrados em determinadas escolas por força de que a violência e as “normas” impostas pelos grupos que controlavam o território dificultavam a mobilidade para outras escolas e por isso ocorreria a concentração de determinados alunos em estabelecimentos de ensino específicos. É uma hipótese ousada, talvez excessivamente otimista e com grau de dificuldade não desprezível para testagem.

---

2 O LaPOpE – Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (UFRJ).

Almeida e Borges (2005) relatam que o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro estava cada vez mais presente nos estabelecimentos de ensino e que a rivalidade entre as facções criminosas da cidade estava mais presente nos pátios e arredores das escolas<sup>3</sup>. Ribeiro (2009) faz um comparativo sobre a relação entre escola e favela nos anos de 1950 e nos anos 2000, relatando que nos dois momentos as representações feitas pelos professores sobre a favela e seus moradores são análogas quanto a um lugar que predominava e predomina a pobreza, promiscuidade, violência e desestruturação familiar. Entretanto, nos anos 2000 a autora ressalta que a percepção dos professores sobre violência é mais acentuada nas favelas em que há tráfico de drogas, o que ocasiona uma “ideia de que a violência presente nesses locais traria implicações sobre postura dos alunos” (RIBEIRO, 2009, p. 207).

Entretanto, com a ocupação do território por parte da força policial e depois com o policiamento ostensivo e permanente, o Estado retornaria ao território onde se fazia presente parcamente, ampliando a livre circulação de pessoas. Podemos supor que com a implementação das UPPs os alunos moradores de favelas passariam a ter maiores chances de escolherem e de acessarem as vagas em diferentes escolas distribuídas pelo território carioca. Por outro lado, com a retomada do território por parte do Estado algumas escolas menos “acessíveis” passariam a “permitir” o acesso dos alunos moradores de favelas, já que estes não estariam mais atrelados à imagem do traficante e/ou da violência.

Há, ainda, a possibilidade de que a redução do poder do tráfico armado tenha diluído o fenômeno da identificação de algumas escolas com as facções que detinham controle sobre os territórios em que se situam, o que pode proporcionar alguma mistura entre alunos de favelas sob controle de diferentes facções.

Essas são possibilidades analíticas, mas é forçoso reconhecer que ao menos um efeito em sentido oposto também pode ocorrer: não mais submetidos a um cotidiano de muita violência armada e poder do crime organizado, estudantes passariam a não ter mais razões para buscar escolas fora de suas áreas de residência. É possível que ambos os movimentos ocorram, mas neste trabalho essa segunda tendência hipotética não pode ser testada, ainda que haja informações para que um modelo analítico específico para esse fim venha a ser montado (SILVA, 2015).

## UPPs E A EDUCAÇÃO

O Governo do Estado do Rio de Janeiro começa em janeiro de 2009<sup>4</sup> a desenhar o projeto da UPP, a partir da experiência piloto em uma favela na Zona Sul da cidade em dezembro de 2008. A polícia, ao invés de fazer incursões periodicamente, estabeleceria uma base policial dentro da comunidade, com o objetivo de recuperar territórios ocupados há décadas por traficantes e milicianos, diminuindo os confrontos armados. O contingente policial seria composto por policiais recém-formados, com a intenção de promover uma política de aproximação entre a população e instituição policial, embasada nos princípios da polícia de proximidade.

Butelli (2012) verificou mudanças de curto prazo na performance escolar relacionando-as à implantação das UPPs, utilizando as notas de exames bimestrais aplicados pela própria rede municipal de educação. O estudo aponta que o desempenho nas provas bimestrais dos alunos, particularmente os que cursavam

<sup>3</sup> Os autores relatam uma situação que ocorreu com um adolescente de 14 anos, que por causa de um boné vermelho – cor da facção rival, foi espancado em frente à escola.

<sup>4</sup> Decreto-lei n.º 41.650 de 21 de janeiro de 2009 e o Decreto-lei n.º 41.653 de 22 de janeiro de 2009.

a 5ª e 6ª séries, é afetado positivamente com a implementação das UPPs. Aponta também os efeitos imediatos da percepção da redução da violência, o que implica na diminuição de faltas e abandono por parte dos professores.

Burgos et al (2013) buscaram analisar, através de entrevistas, as percepções dos moradores quanto ao efeito das UPPs e o impacto das mesmas no cotidiano da favela. O artigo registra que a principal mudança observada pelos moradores no cotidiano é em relação à diminuição dos confrontos armados. Para os autores, a diminuição dos confrontos armados é o principal ponto de aceitação das UPPs pelos moradores das favelas. Entretanto, a “aceitação” não significa ausência problemas entre moradores e policiais das UPPs. Uma das maiores reclamações apresentadas no estudo foi o cancelamento de certas atividades de lazer, em especial o baile funk. Também é possível observar no estudo que com a chegada das UPPs a capacidade dos moradores para reivindicar melhorias é “potencializada”. Isso é, com a chegada da UPP houve aumento de oportunidades para galgar maior reconhecimento de cidadania na favela.

Outro aspecto importante do efeito UPP observado refere-se ao mercado imobiliário. Com a implementação do projeto houve grande valorização dos imóveis nas favelas e do seu entorno. Houve também ações voltadas para a regularização dos serviços públicos como acesso à água e energia elétrica<sup>5</sup>, e a eventual necessidade de se pagar o Imposto Predial.

Com base nesses estudos percebemos que as UPPs, aparentemente, tiveram impacto no cotidiano das favelas e do seu entorno, o que confere alguma base a que pensemos em impactos dentro das escolas, quanto à composição do alunado.

## METODOLOGIA

O desenho da pesquisa considera a ideia de que é possível a ocorrência de alterações na composição socioeconômica nas escolas da região estudada. Para tal, foi acompanhada a evolução dos indicadores educacionais e sociais dessas escolas antes e depois da implantação das UPPs. Entretanto, temos uma dificuldade operacional, pois não dispomos de uma série histórica longa. Não se trata de um estudo longitudinal, posto que limites de tempo e operacionais impõem que as escolas sejam tomadas como unidade básica de análise, não os alunos. Assim, a opção disponível foi de série histórica interrompida.

O recorte espacial do estudo foi a região da Grande Tijuca, composta por sete bairros da cidade do Rio de Janeiro. A escolha dessa área é devida a apresentação de características propícias para a realização do estudo, já que tem sua organização socioespacial bem delimitada em termos de favelas e áreas de urbanização regular. Além disso, a Grande Tijuca tem grande concentração de favelas, mas também contrastes marcantes com a população “do asfalto”, por serem bairros típicos de classe média.

Os anos escolhidos foram 2008 a 2012, pois em 2010 houve a implementação das UPPs na região da Grande Tijuca, sendo esse o ano o marco para o estudo. 2012 era o último ano disponível com dados já devidamente limpos e testados ao nível de aluno, quando da realização deste trabalho. Optamos por analisar os dois anos anteriores a essa implementação e os dois anos posteriores, para poder observar se há alguma tendência de mudanças observáveis na composição das escolas sob influência potencial

---

5 Ver Cunha e Mello (2011) “Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela.”

de tal política. A adoção de uma série histórica curta se deve a que os dados disponíveis, a partir da base cadastral da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, tem qualidade bem inferior conforme se retrocede no tempo. Por outro lado, não seria possível trabalhar apenas com dados do período após a implantação das UPPs, desde que estes não registraríamos mudanças que já estivessem ocorrendo no fenômeno estudado. O desenho geral se inspira na ideia de séries temporais interrompidas, ainda que uma série curta apresente inevitáveis problemas.

Os alunos considerados foram os do 1º, 5º, 6º e 9º ano do ciclo básico. A pretensão com tais séries escolares foi a de tomar estudantes com trajetórias escolares distintas, idades bem variadas, cobrindo os dois segmentos do ensino fundamental e, potencialmente, apresentando autonomia de deslocamentos espaciais também variadas. Como a hipótese testada trata de mudanças na composição de escolas, essa condição de mobilidade espacial pode ser um dos fatores associados. Um tratamento mais preciso para nossa análise exigiria que todos os estudantes municipais moradores das favelas da região fossem incorporados às análises. Todavia, isso exigiria a geocodificação<sup>6</sup> de todos os alunos do município que, ao longo dos cinco anos, apresentassem registro de endereço que sugerisse residência na área em foco. Essa localização deveria ser, então, confirmada por meio de geocodificação, o que implicaria em capacidade operacional bem acima da disponível para o alcance da pesquisa. Portanto, a amostra incluiu apenas os alunos das escolas da região, mesmo que moradores de áreas fora da mesma, mas não os moradores da região que estudam fora dela.

Para ter acesso a tais informações utilizamos bases de dados da Secretaria Municipal de Educação – SME, composta por dados como: i) cadastro de alunos e características das famílias; ii) alocação e movimentação educacional dos alunos; iii) características das escolas.

Avaliamos a evolução dos indicadores de composição das escolas, usando o recurso operacional de geocodificação da residência dos estudantes. A ideia geral é verificar se há impacto das UPPs em processos de segregação - aqui entendida como a distribuição desigual de alunos com características semelhantes em diferentes escolas - e se tal impacto pode ser observado através de alguns indicadores simples, mas expressivos de diferenças categóricas em meio ao alunado.

Recorremos a quatro variáveis que podem indicar tais diferenças e, portanto, tendências no processo de segregação: 1) Pobreza, medida através da existência de Número de Inscrição Social (NIS) entre as informações dos alunos; 2) cor; 3) educação da mãe; 4) local de moradia.

A variável utilizada para medir a situação de pobreza dos alunos foi uma proxy, o registro social nacional (NIS - Número de Inscrição Social). Os alunos ou responsáveis que têm esse registro tendem a ser aqueles que recebem ou receberam algum benefício através de programa de transferência de renda do poder público.

A variável cor é colhida conforme as categorias do IBGE e foi, para algumas análises, recodificada em duas variáveis dicotômicas: 1) alunos pretos ou não, 2) alunos brancos ou não<sup>7</sup>.

Em relação ao indicador “educação dos responsáveis”, utilizando a variável “escolaridade da mãe”, foram

<sup>6</sup> Que pode ser definida como a associação de coordenadas geográficas a dados geográficos em forma textual com os endereços e CEPs. Utilizamos como recurso o software ArcGIS.

<sup>7</sup> A diferença está no agrupamento dos alunos pardos, maioria da amostra, junto aos brancos, ou junto aos pretos. Indígenas e amarelos, também segundo a categorização do IBGE, apresentam percentuais desprezíveis.

duas as dicotomizações adotadas, quando necessário: 1) até ensino fundamental completo, ou mais; e 2) até ensino médio completo, ou mais.

Já as informações do “local de moradia” foram dicotomizadas segundo o critério de residência ou não em favela. A partir dessas variáveis construímos também os índices Segregation Index (GS) e Segregation Ratio (SR)<sup>8</sup>.

Os índices de segregação expostos por Gorad, Taylor e Fitz, (2003): Segregation Index (GS) e Segregation Ratio (SR) foram desenvolvidos para medir segregação como a distribuição desigual de alunos com características semelhantes entre escolas diferentes. Os dois índices foram formulados em meio a debates sobre como diferentes grupos sociais ou étnicos eram distribuídos na região do estudo, nesse caso na Inglaterra, e se havia evidências de que esses grupos sofriam segregação.

O índice GS foi construído para medir segregação a partir das diferenças entre cada indivíduo observado, em um conjunto de escolas. Calcula que percentual de alunos deveria ser transferido em um conjunto de escolas, de modo que houvesse equilíbrio entre as escolas em termos de uma característica específica do alunado. Tal índice só tem significado para grupos de escolas. Não resulta, portanto, em um índice referente a uma escola específica, dado que ele indica qual o percentual exato de alunos que precisariam trocar de escola, no conjunto observado, para que o sistema apresentasse uma segregação igual a zero, hipotética e virtualmente impossível de ser observada em termos reais. Com o GS podem-se gerar índices de segregação para qualquer característica tomada dicotomicamente e, nesse estudo, foram consideradas as anteriormente descritas. A partir dele faremos uma análise de tendências ao longo do tempo de 2008 à 2012.

Em contrapartida, o índice SR representa uma tendência de segregação entre as escolas em um ano específico. Ele resulta em um escore para cada escola, variando potencialmente entre 0 e infinito, com o valor 1 representando uma distribuição perfeita de alunos com a característica em foco entre as escolas do conjunto analisado. Contudo, uma característica particular dessa medida é que o SR de uma escola é mutuamente determinado pelos níveis relativos de segregação de outras escolas (BARTHOLLO, 2013). Os dois índices, portanto, auxiliam a registrar a ocorrência do fenômeno da segregação e aspectos de sua evolução.

## ANÁLISES DE COMPOSIÇÃO SOCIAL DAS ESCOLAS

Em 2013, 1004 escolas municipais ofertaram o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano – totalizando cerca de 647 mil crianças e adolescente atendidos nas escolas municipais (GUIA DA MATRÍCULA, 2014).

A região da Grande Tijuca foi escolhida para o estudo, pois é contemplada por um número significativo – 46<sup>9</sup> – de escolas municipais distribuídas nas favelas e no asfalto que oferecem o 1º e o 2º segmento do ensino fundamental – e por apresentar uma demanda significativa – 37 mil<sup>10</sup> – de alunos em idade escolar. A presença de número expressivo de favelas em uma região de classe média, supúnhamos, asseguraria a observação de contrastes.

<sup>8</sup> As estratégias de organização e análise dos dados dos estudantes, conforme princípios dicotômicos, geradores de índices simples de segregação, replicam procedimentos adotados na tese de BARTHOLLO, T (2014).

<sup>9</sup> Entretanto, tivemos que retirar uma escola do nosso universo, pois a mesma apresentava, a partir da base da SME, números insignificantes de alunos nos cinco anos estudados.

<sup>10</sup> Dados Censo 2010 <http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/areaponderacao/index.html> Acessado: 24/06/2014

**TABELA 1**

Quantidade de escolas municipais por segmento do ensino fundamental – 2012

Apenas 1º segmento	Apenas 2º segmento	1º e 2º segmentos	Total de escolas
22	7	16	45

Em primeiro lugar, dividimos as escolas de acordo com sua localização territorial, isso é, em um grupo de até 100 metros de favela(s) e outro a mais de 100 metros de favela(s). Depois, dividimos dentro desses grupos as escolas por segmento que oferecem. Esse critério adotado para distinguir a localização das escolas é um tanto arbitrário, pois sabemos que uma escola que se localiza a uma distância até 100 metros de uma favela não significa que esteja, necessariamente, sob influência direta dessa favela, ou que seus alunos sejam oriundos dessa favela. Entretanto, trata-se de uma primeira abordagem, supondo um efeito territorial difuso. Já a distinção entre segmentos pode ser relevante pois supõe diferenças na autonomia de mobilidade espacial dos alunos.

**TABELA 2**

Quantidade de escolas a mais de 100m de favela(s) – 2012

Apenas 1º segmento	Apenas 2º segmento	1º e 2º segmentos	Total de escolas
13	5	16	34

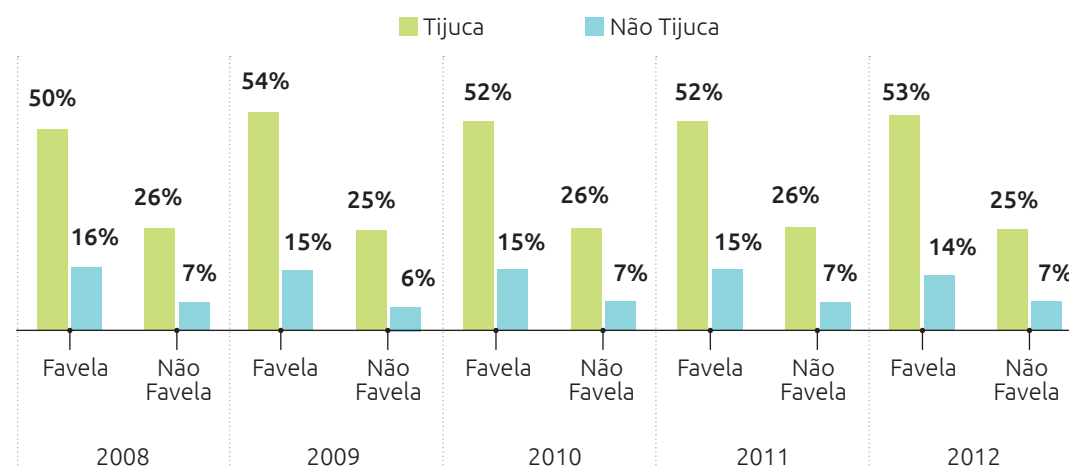
**TABELA 3**

Quantidade de escolas até 100m de favela(s) – 2012

Apenas 1º segmento	Apenas 2º segmento	1º e 2º segmentos	Total de escolas
9	2	0	11

**GRÁFICO 1**

Distribuição da amostra, por bairro e favela



É possível observar que a maioria das escolas que se localizam até 100 metros de favelas atende apenas ao 1º segmento da educação básica. Já as escolas um pouco mais afastadas das favelas são mais diversas quanto à oferta escolar, provavelmente expressando o histórico de ocupação urbana mais antiga.

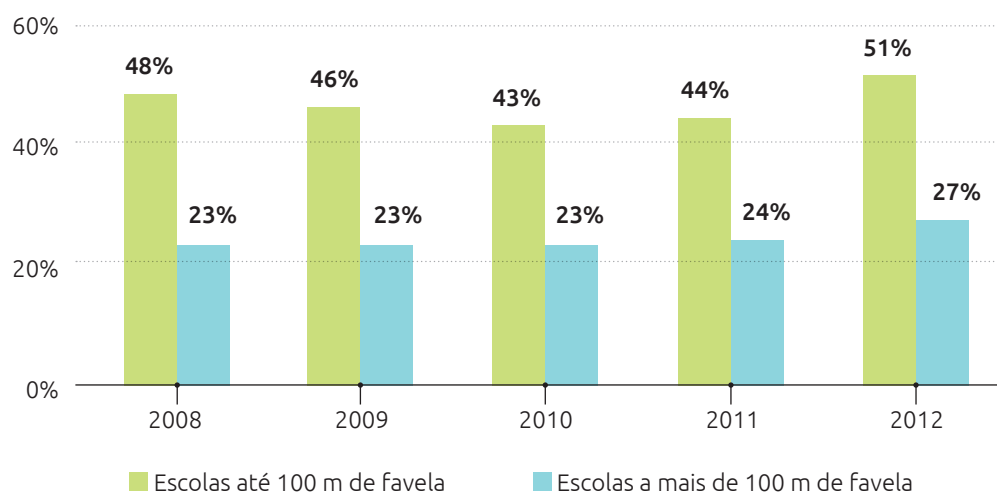


Contudo, não se deve desprezar que, conforme o gráfico 1 demonstra, para todos os anos de nosso estudo as amostras de alunos das escolas municipais da região sempre apresentaram mais de 60% de alunos residentes em favelas. A proporção de alunos residentes em favelas, considerando também os residentes fora da região da Grande Tijuca, onde se localizam as escolas estudadas, se mantém estável ao longo dos anos.

O percentual de alunos que tem NIS também foi calculado, uma vez que essa variável é utilizada para medir a pobreza dos alunos e sua família, por indicar elegibilidade a programas de transferência de renda.

## GRÁFICO 2

Percentual de alunos que tem NIS



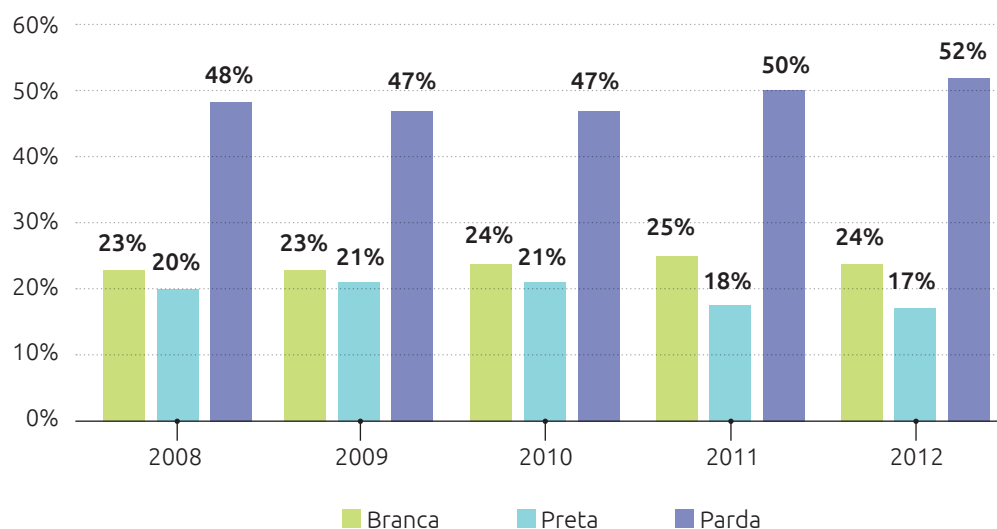
É possível observar que as escolas localizadas em até 100 metros de favela(s) têm percentual maior de alunos que tem NIS, provavelmente participando de algum projeto assistencial, do que as escolas localizadas a mais de 100 metros de favela(s). Uma explicação razoável para a ampliação do percentual total no ano de 2012 é o aumento do número total de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, que, desde que começou, em 2003, cresceu de 6,5 milhões de famílias assistidas para 14,1 milhões em 2013, considerando todo o país. Estes números indicam que cerca de 25% de toda a população é assistida pelo programa, e que o aumento do número total de beneficiários foi acompanhado pelo crescimento econômico e os baixos índices de desemprego, o que não deixa de ser intrigante. Dados indicam que em 2013 o programa Bolsa Família assistia 242.926 famílias no município do Rio de Janeiro (BARTHOLO, 2014).

Calculamos, também, a distribuição de cor dos alunos, para os três principais grupos: brancos, pardos e pretos. Optamos por analisar a categoria cor dessa forma, uma vez que, como destacado por Silva e Hasenbalg (1990) no estudo sobre raça e oportunidades educacionais no Brasil, os estudantes pretos e pardos têm suas trajetórias educacionais expostas a desvantagens vinculadas especificamente à sua origem racial, mas que não seria adequado fundir as categorias preto e pardo, dadas relevantes diferenças em suas características socioeconômicas – e educacionais.

É possível observar que as escolas que se localizam até 100 metros de favela(s) têm mais de 70% do seu público discente da cor preta e parda, contrastando com as escolas que se localizam a mais de 100 metros de favela(s) que tem pouco mais de 50% do seu público declarados dessa cor. Esse cenário não varia muito durante os anos estudados.

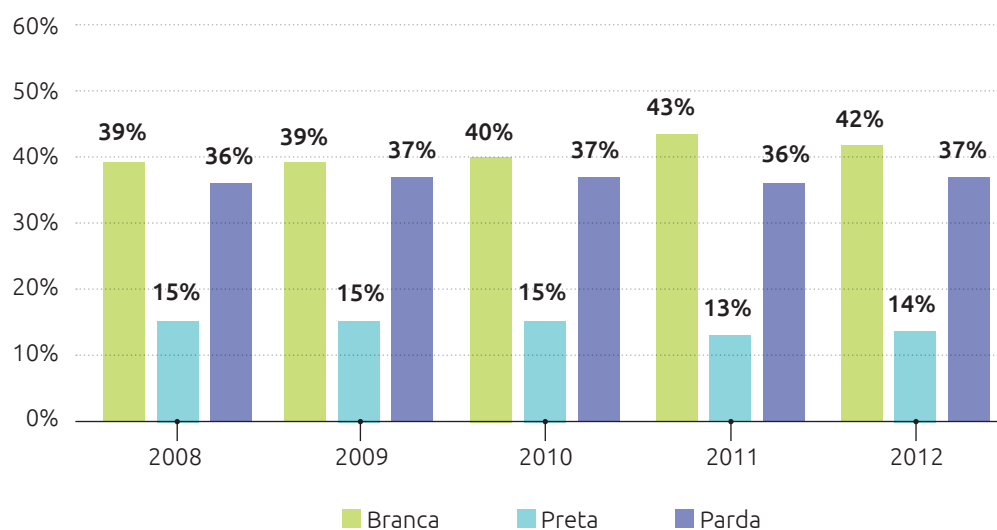
### GRÁFICO 3

Percentual de alunos de cor branca, preta e parda  
Escolas até 100m de favela(s)



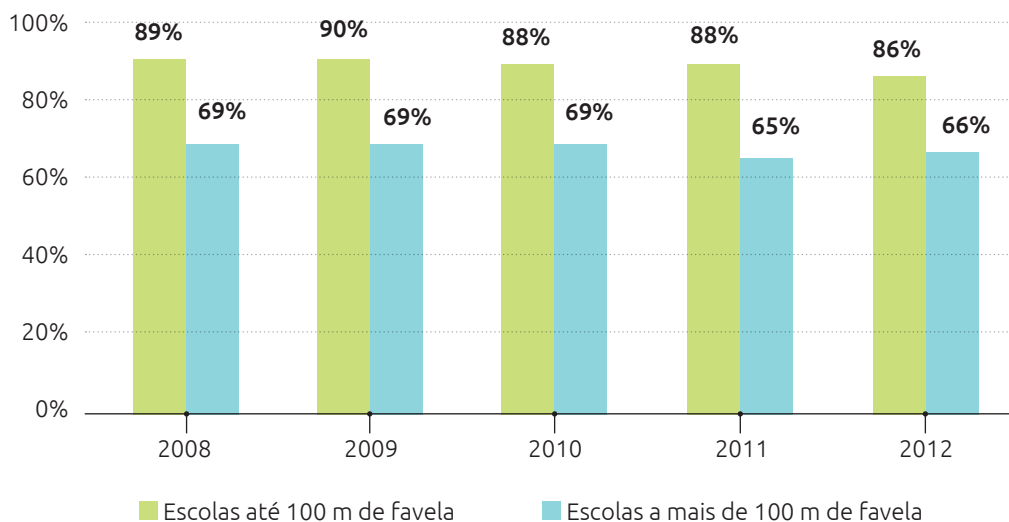
### GRÁFICO 4

Percentual de alunos de cor branca, preta e parda  
Escolas a mais de 100m de favela(s)



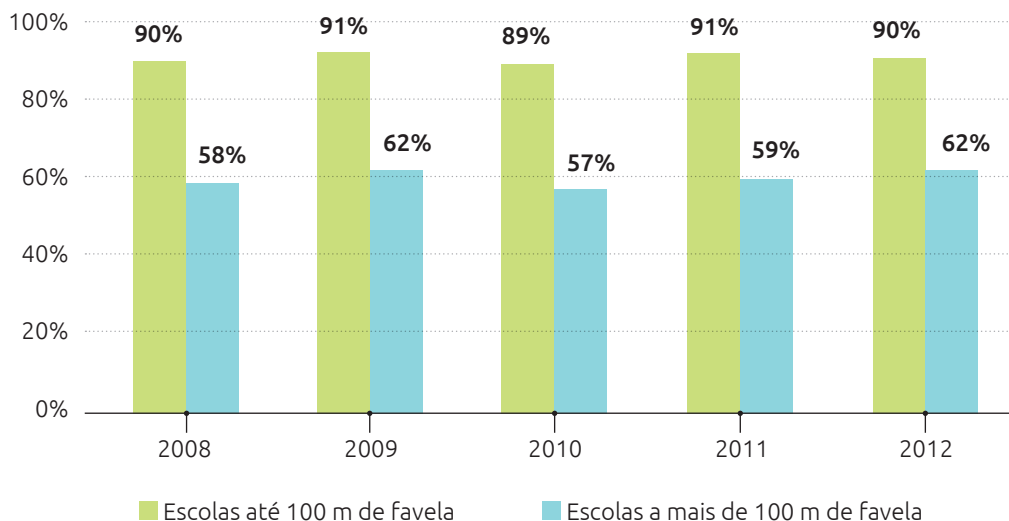
### GRÁFICO 5

Percentual de escolaridade materna baixa



### GRÁFICO 6

Percentual de alunos que moram em favela



Em relação à variável escolaridade materna, esta foi dividida em alta e baixa, sendo baixa: mães que são analfabetas, tem primeiro grau completo e incompleto; e alta: mães que tem segundo grau e ensino superior. O banco de dados não especifica se as mães que declararam segundo grau e ensino superior concluíram ou não essas modalidades de ensino.

É possível observar que o maior percentual de mães com escolaridade mais baixa é encontrado no grupo de escolas que se localizam até 100 metros de favela(s). Entretanto, nos dois grupos de escolas esse

percentual não varia ao longo dos cinco anos, exceto pela pequena redução total na parcela de mães com esse nível de escolaridade.

Para observar o cenário do nosso estudo, calculamos o percentual de alunos que moram em favelas, dividindo as escolas em até 100m de favela(s) e a mais de 100 metros de favela(s), entretanto, não separamos os segmentos. É possível perceber que a distribuição ao longo dos anos permanece estável.

### SEGREGAÇÃO GERAL NA REGIÃO

Neste procedimento analítico, passamos a não mais distinguir as escolas por distância das favelas, mas tratamos todas as escolas da região, em conjunto. Utilizamos o índice GS, que é uma medida precisa para pensar no nível de segregação da unidade de análise em questão (conjunto das escolas).

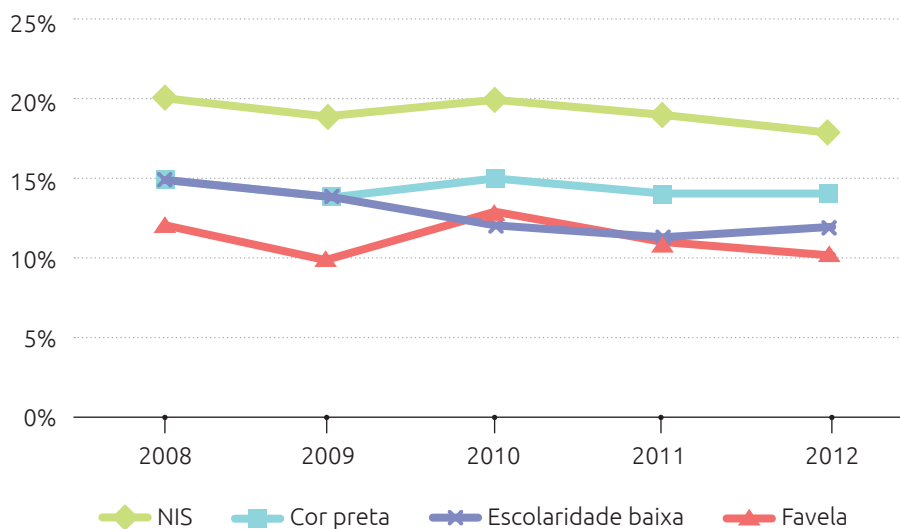
Calculamos o índice considerando todas as escolas estudadas e para todos os cinco anos, com objetivo de verificar a porcentagem de alunos que deveriam ser transferidos para outra escola para que o grupo de escolas estudadas ficasse mais próximo de uma distribuição equilibrada de alunos que moram em favela. A equação para realização deste cálculo é:  $GS = 0,5 (\sum |F_i/F - T_i/T|)$

Para o cálculo do GS das escolas, incluímos todos os alunos, em que  $F_i$  representa o número de alunos que moram em favela na escola  $i$ ;  $T_i$  representa o número total de alunos na escola  $i$ ;  $F$  representa o número total de alunos que moram em favela em todas as escolas estudadas; e  $T$  representa o número total de alunos em todas as escolas estudadas.

O gráfico 7 apresenta o GS do universo de escolas estudadas referente a características do alunado como: ter NIS; morar em favela; mães com escolaridade baixa e cor preta.

### GRÁFICO 7

#### Índice de Segregação 2008 a 2012



O primeiro comentário diz respeito a um dado que pode parecer surpreendente. O “fator favela” surge como o de menor impacto na segregação, comparado aos demais. É necessário, porém, lembrar que, pelo próprio método de cálculo, o GS é afetado pela proporção de pessoas em desvantagem para o fator em foco. Assim, o fato de mais de 60% dos alunos serem residentes em favelas faz com que sua distribuição seja tendencialmente mais homogênea que, por exemplo, a distribuição dos alunos de cor preta, que estão em bem menor proporção na amostra. De qualquer forma, nessa análise ainda descritiva, a residência em favela se mostrou o fator mais fraco de segregação nas escolas em foco, mesmo considerando a escolaridade baixa de mães, algo com também elevada proporção na amostra. Observa-se alguma flutuação no GS, mais para baixo, mas nada que possa ser registrado como uma tendência clara à redução na segregação.

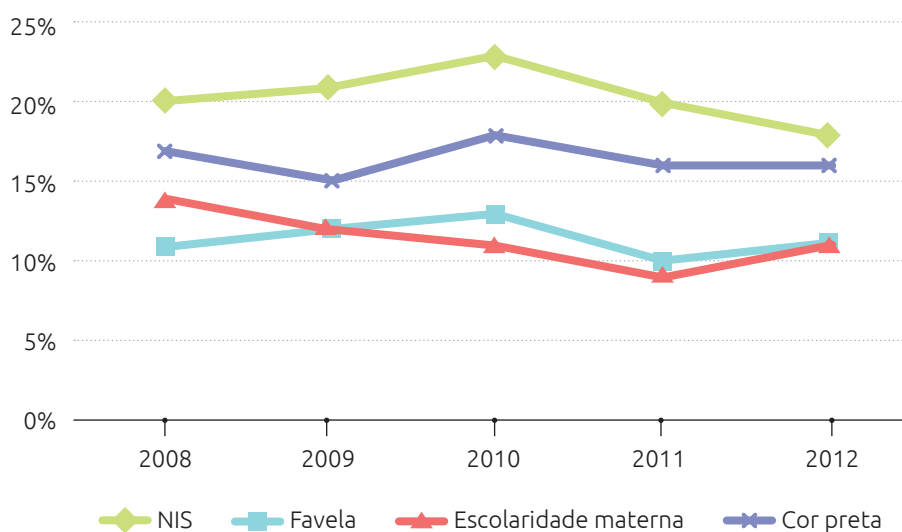
Os dados apresentados sugerem que, de maneira geral, não existe uma grande variação na porcentagem de alunos nas características analisadas, que deveriam trocar de escola para que o grupo de escolas estudado fosse mais equânime. Contudo, esse indicador já era especialmente baixo, considerando padrões internacionais, ou mesmo o conjunto do município do Rio de Janeiro, quando calculado para outras variáveis, como cor, escolaridade dos responsáveis, pobreza ou atraso escolar.

Certamente, os indicadores de segregação se elevariam, caso todas as escolas fossem incluídas no cálculo do índice de segregação, isso é, escolas da rede municipal, escolas da rede privada e escolas da rede federal. Os dados do Censo Escolar indicam que 25% dos estudantes que estudam no ensino fundamental regular da cidade do Rio de Janeiro estão em escolas privadas (ALVES et al, 2010). Certamente, dada forte presença de uma população com maior renda na região, esse percentual deve ser bem mais elevado.

Calculamos também o GS separadamente por segmento. O GS um pouco mais elevado no primeiro segmento é esperado. Trata-se de fenômeno estatístico. O número menor de escolas de segundo segmento torna quase inevitável que os alunos desse segmento estejam mais “misturados”.

## GRÁFICO 8

### Índices de Segregação no 1º segmento



Uma explicação para esse cenário descrito no gráfico 8 é que se estima que em torno de 80% dos alunos de 1º segmento da rede pública de ensino do Rio de Janeiro moram até 1 km de suas escolas (ALVES et al., 2010). Estudos sobre a influência da vizinhança na escola ressaltam que o local em que a escola está localizada pode ser um dos fatores que influenciam a composição do seu corpo discente, já que as escolas tendem a receber alunos que residem próximos a ela (SKYES, 2011; BURGOS, 2009). Deste modo, os alunos que moram em favela tendem a estar concentrados nas escolas localizadas mais próximas das favelas.

### ANÁLISE DAS TENDÊNCIAS DE SEGREGAÇÃO: UM MODELO MULTIVARIADO

Calculamos o índice SR, que representa um indicador de segregação entre todas as escolas estudadas a cada ano. Esse índice não é muito adequado a estudos longitudinais, por ser afetado pela variação na quantidade geral e proporção de alunos em desvantagem. O índice indica, com valor 1, a distribuição perfeita de alunos com uma determinada característica entre as escolas do conjunto analisado. A sua resultante é um escore para cada escola, variando entre 0 e infinito.

Num primeiro momento, calculamos esse índice para todas as escolas estudadas no ano de 2008, com objetivo de verificar quais escolas apresentavam índices com maior discrepância referente à variável “morar ou não em favela”. A equação para realização deste cálculo é:  $SR = (Fi / F) / (Ti / T)$

Para o cálculo do SR das escolas, incluímos todos os alunos, em que  $F_i$  representa o número de alunos que moram em favela na escola  $i$ ;  $T_i$  representa o número total de alunos na escola  $i$ ;  $F$  representa o número total de alunos que moram em favela em todas as escolas estudadas; e  $T$  representa o número total de alunos em todas as escolas estudadas.

As escolas que apresentaram índices variando até 0,55 (um desvio-padrão abaixo da média geral, sempre igual a 1), foram escolhidas como as que apresentaram menor concentração de alunos moradores de favela no ano de 2008. A partir dessa identificação das escolas mais segregadas quanto à menor presença de alunos moradores de favelas, fizemos regressões logísticas com todos os cinco anos estudados, estimando as razões de chance para cada um dos fatores de desvantagem, quanto à presença nessas escolas.

Explicando de outra forma, a partir da definição de escolas com menor proporção relativa de alunos favelados para o ano-base de 2008, passamos a tentar observar quais as chances de um aluno morador de favela ingressar nessas escolas, nos anos subsequentes, controlando por outros fatores reconhecidos de desvantagem.

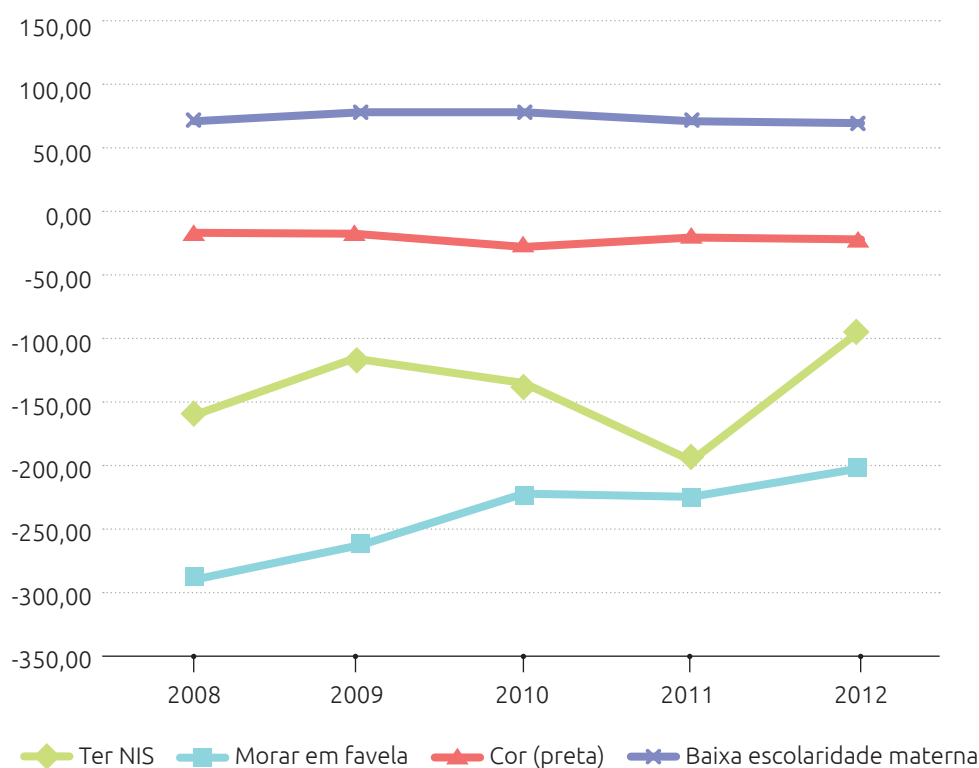
Uma possível objeção a esse procedimento seria que poderia ter havido alguma alteração em quais escolas receberiam menores proporções de alunos moradores de favelas com o SR mais baixo se “deslocando” para outras. Se isso fosse verificado, a definição da linha de base, em 2008, das escolas mais segregadas imporia o risco de que a redução da força segregadora da residência em favela indicasse não uma redução real do fenômeno, mas uma espécie de causalidade espúria. A forma de controle adotada para essa ameaça foi o cálculo da matriz de correlações (rho de Spearman) entre as posições das escolas em um ranking do SR. Esse cálculo mostrou que as posições relativas das escolas, comparadas quanto a seu SR referente à condição de moradia em favela, é extremamente estável, de 2008 a 2012 (rho sempre superior a 0.9). Isso é, as escolas com maiores índices de segregação foram basicamente as mesmas ao longo do período. A mesma matriz de

correlações, calculada para as três outras variáveis indicadoras de desvantagem, mostrou tendência menos estável, ainda que sempre com coeficientes também elevados, como esperado.

Dois modelos comparativos foram adotados. No primeiro, as escolas com SR mais baixo foram confrontadas com todas as demais. No segundo, foram isoladas as escolas de SR mais baixo e confrontadas com as de SR mais alto, ou seja, as com menores e maiores proporções relativas de alunos moradores de favelados em 2008. A ideia foi, no segundo procedimento, maximizar os efeitos das condições de desvantagem, comparando apenas as escolas mais e menos segregadas, nove em cada grupo.

## GRÁFICO 9

Regressão logística para chance (%) de matrícula em escola com baixo SR em 2008 (todas as escolas)<sup>11</sup>

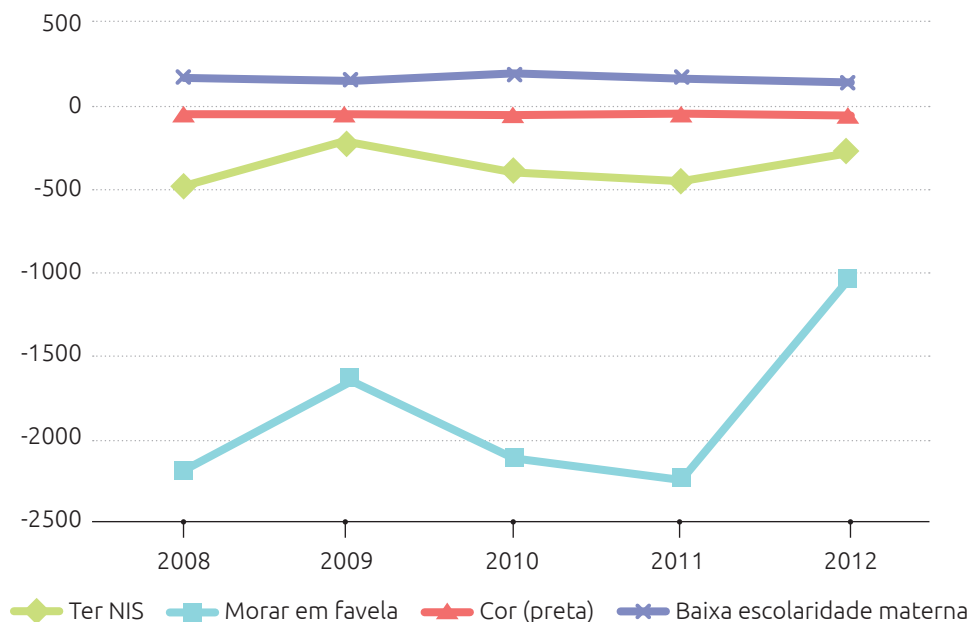


Esses modelos multivariados alimentam alguma “esperança” para a hipótese inicial da pesquisa e parecem justificar o interesse em um estudo dessa natureza, como um ensaio para futuros estudos mais robustos. Nos gráficos 9 e 10, as razões de chance já estão convertidas para percentuais. Todos os coeficientes apresentados são significativos ( $p < 0,001$ ). Assim, observa-se uma discreta redução na desvantagem dos alunos favelados para matrícula nas escolas mais seletivas quanto a essa condição, no ano base de 2008. Ainda que, como previsto, a probabilidade relativa de um aluno residente em favela estar matriculado em uma escola com baixa presença de outros alunos favelados seja sempre inferior à dos demais fatores, a força “negativa” dessa variável sofreu acentuada redução após as UPPs, com uma tendência diferente das variáveis associadas à cor ou escolaridade da mãe.

11 Escolaridade da mãe: ordinal crescente (1 a 5); Cor: preta

## GRÁFICO 10

Regressão logística para chance (%) de matrícula em escola com baixo SR em 2008 (escolas com SR mais alto ou mais baixo)



A comparação com essas duas variáveis é mais pertinente que a comparação com a variável que indica a presença do NIS no registro do aluno, já que, como mencionado e demonstrado, o percentual de alunos com NIS cresce consideravelmente nesse período. As causas são duas: os programas que exigem tal registro se alastram pelo país e no Rio de Janeiro; e o registro do NIS tem um caráter cumulativo. Uma vez inserido no sistema de informações, tal registro não é mais apagado. Assim, mesmo que o estudante deixe de ser beneficiário de programa, o registro do NIS permanece. Com um número fortemente crescente, o NIS, inevitavelmente, enfraquece enquanto marcador de um fator de segregação<sup>12</sup>. Já, as variáveis indicativas de residência em favela, escolaridade de mãe e cor, permanecem estáveis em suas proporções de valores indicativos de desvantagem, mesmo que reduzidas quanto ao número de informações ausentes. Por isso, pode-se considerar a bem discreta tendência à redução da desvantagem relativa para matrícula de alunos favelados em escolas mais “exclusivas”, detectada em um modelo multivariado, com controles para outros fatores importantes de desvantagem como uma possível consequência de alterações introduzidas a partir das UPPs, sobretudo porque essa tendência se manifesta após a o evento de criação das mesmas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados buscaram contribuir para o debate sobre as implicações do programa das UPPs e as oportunidades educacionais no sistema de ensino municipal no Rio de Janeiro. Foram tratados e analisados ao longo de 2014/2015, quando as UPPs ainda não acumulavam problemas mais

<sup>12</sup> Seria possível, ao menos hipoteticamente, agregar as informações diretamente do cadastro do Bolsa Família, para termos maior precisão quanto a quem são os reais beneficiários deste programa. Contudo, esta operação, por razões logísticas, estava além de nosso alcance. Por outro lado, a própria tendência a expansão ininterrupta deste programa, mesmo em contexto de redução de pobreza (naquele período), sugere que os mecanismos de ingresso no programa foram muito mais acentuados que os de saída.



severos, conforme se observou a posteriori. Por ser uma política de segurança relativamente recente e considerando as inúmeras limitações técnicas de um estudo ainda exploratório, os dados sugerem cautela aos serem analisados. Entretanto, percebe-se um possível efeito, ainda que discreto, quanto aos impactos das UPPs nas escolas, tornando o grupo de escolas localizadas a mais de 100 metros de favela(s) um pouco mais heterogêneas, quanto ao seu corpo discente, no ano de 2012 quando comparado ao ano de 2008.

Há uma ameaça à nossa hipótese, já que, a partir de 2010, coincidindo com a implantação das UPPs, a SME inaugurou um programa com potenciais efeitos dessegregadores: a matrícula *online*, com escolha dos pais e aleatorização de parte da distribuição das vagas entre as escolas. Contudo, se esse programa tem, de fato, efeito dessegregador concorrente com um possível impacto das UPPs, tal tendência deveria se manifestar em todos os indicadores de potencial desvantagem, o que não se manifestou. Existe, também, o fato, de o desenho desse programa de matrícula *online* ser mais efetivo a partir de 2012/2013, o que excede o período aqui estudado. Em acréscimo, estudo bem posterior à análise desses dados (BARTHOLO; COSTA, 2015) revelou o perturbador resultado de uma pequena elevação no índice geral de segregação no Rio de Janeiro, após a implantação da “loteria” de matrículas, o que, em alguma medida, protege o valor do resultado aqui exposto.

Assim, as análises de modelo multivariado indicaram que, de maneira geral, houve uma discreta tendência à redução da desvantagem relativa para matrícula de alunos favelados em escolas que, em 2008, eram consideradas mais “exclusivas” ou “seletivas” para esse público. Essa consideração é plausível, uma vez que foram controlados outros fatores importantes de desvantagem, que não deveriam ser afetados diante de alterações introduzidas a partir das UPPs.

Como possíveis desdobramentos deste estudo demanda-se a observação de série histórica mais longa e desenho longitudinal, em nível de alunos, analisando não só aqueles matriculados nas escolas da região, mas também os moradores da área, e comparando áreas com UPPs e áreas que não foram pacificadas. Já que os dados explorados ficaram restritos a uma região específica da cidade não foi possível generaliza-los. Todavia, o resultado encontrado é estimulante para aguçar pesquisas educacionais que vão além da escola e alunos, observando com políticas públicas externas também podem impactar as oportunidades educacionais e o cotidiano escolar. Por fim, a visível deterioração da política de UPPs, à medida que se expandiu e possivelmente por um efeito de maturação que remove seu caráter de novidade pode ainda proporcionar interessantes aspectos a ser explorados em futuros estudos. Consideramos, por fim, que os procedimentos técnicos adotados neste trabalho exploratório merecem ser expostos à crítica rigorosa nos meios a que pretende circular.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Gustavo; BORGES, Waleska. Lições do medo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 de junho de 2005, p.25.

ALVES, Fátima.; BONAMINO, Alicia; LANGE, Wolfram. A geografia objetiva de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz. C. Queiroz; et al. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/ UFRJ, 2010.

ALVES, Fátima.; RIBEIRO, Luiz.C.Queiroz.; FRANCO, Creso. Segregação Residencial e Desigualdade escolar no Rio de Janeiro. In: RIBEIRO, Luiz, C. Queiroz.; KAZTMAN, Ruben. **A cidade contra a escola? Segregação urbana e desigualdade educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ; IPPES, 2008.

BARTHOLO, Tiago L.; COSTA, M. Turnos e segregação escolar: discutindo as desigualdades escolares. **Cadernos de Pesquisa**, v.44, p.670 - 692, 2014.

BARTHOLO, TIAGO LISBOA; **COSTA, M.** Evidence of a School Composition Effect in Rio de Janeiro Public Schools. *Ensaio*, v.24, p.1 - 24, 2016.

BARTHOLO, Tiago. Measuring Between-School Segregation in an Open Enrollment System: The Case of Rio de Janeiro. **Journal of School Choice: International Research and Reform**, vol. 7, n.3, pp. 353-371, 2013.

BARTHOLO, Tiago. **School segregation in Rio de Janeiro public network: causes and consequences**. 258 páginas. Tese - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 21 de março de 2014.

BARTHOLO, Tiago.; COSTA, Marcio. School Segregation and Educational Opportunities: Analysing the impact of a 'lottery system' in Rio de Janeiro Public Schools. In: **European Conference on Educational Research - ECER 2015**, 2015, Budapeste. Education and Transition - Contributions from Educational Research, 2015.

BRITO, Márcia S. T.; COSTA, M. Práticas e percepções docentes e suas relações com o prestígio e clima escolar das escolas públicas do Município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Educação** (Impresso), v.15, p.500 - 510, 2010.

BURGOS, Marcelo. Segregação Urbana e Segregação Institucional. Trabalho apresentado no **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro, 28 a 31 de julho de 2009.

BURGOS, Marcelo; CAVALCANTI, Mariana; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro; PEREIRA, Luiz Fernando. O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas. **Desigualdade & Diversidade (PUCRJ)**, v. 11, edição ago/dez 2012, 2013, p. 49-97.

BUTELLI, Pedro. **O impacto das UPPs sobre a performance escolar no Rio de Janeiro**. 49 páginas. Dissertação - Fundação Getúlio Vargas Escola de Pós-graduação em Economia, 17 de setembro de 2012.

CANO, Ignacio ; SILVA, Eduardo Ribeiro. Old strategies and new approaches towards policing drug markets in Rio de Janeiro. **Police Practice and Research**, v. 17, p. 1-12, 2016.

CANO, Ignacio.; BORGES, Doriam; RIBEIRO, Eduardo. **OS DONOS DO MORROOs donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: LAV/UERJ, 2012.

CARVALHO, J. T.; RIEHL, K.; KOSLINSKI, M. C.; **COSTA, M.** Segmentação Socioespacial, Oportunidades Escolares e Patrimonialismo - sobre a construção de hierarquias internas aos sistemas públicos de ensino. *Pesquisa e Debate em Educação*, v.6, p.111 - 130, 2016.

COSTA, M. Famílias e acesso diferenciado a escolas públicas prestigiadas: um estudo de caso. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso). , v.26, p.227 - 248, 2010.

COSTA, M.; BARTHOLO, TIAGO LISBOA Padrões de segregação escolar no Brasil: um estudo comparativo entre capitais do país. **Educação & Sociedade** (Impresso), v.35, p.1183 - 1203, 2014.

COSTA, M.; KOSLINSKI, Mariane C. Escolha, estratégia e competição por escolas públicas. **Pró-Posições** (UNICAMP. Impresso), v.23, p.195 - 213, 2012.

COSTA, M.; KOSLINSKI, Mariane C. Quase-mercado oculto: a disputa por escolas "comuns" no Rio de Janeiro. **Cadernos de Pesquisa** (Fundação Carlos Chagas. Impresso), v.41, p.246 - 266, 2011.

COSTA, M.; PRADO, Ana P.; ROSISTOLATO, Rodrigo "Talvez se eu tivesse algum conhecimento...": caminhos possíveis em um sistema educacional público estratificado. **Interseções** (UERJ), v.14, p.165 - 193, 2013.

FLEURY, Sonia. Militarização do social como estratégia de integração - o caso da UPP do Santa Marta. **Sociologias** [online], vol.14, n.30, mai./ago 2012, p. 194-222.

GORARD, Stephen.; TAYLOR, Chris.; FITZ, John. **School, markets and choice policies**. London: Routledge Falmer. 2003.

GUIA DE MATRÍCULA, 2014. Disponível em: < [http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4463799/4112236/GUIA\\_matriculageral\\_201414.11.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4463799/4112236/GUIA_matriculageral_201414.11.pdf)>

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L.; BRUEL, A. L. O.; **COSTA, M.** Caminho Marcado: transição entre escolas públicas municipais na cidade do Rio de Janeiro. *Educação em Foco (Juiz de Fora)*, v.18, p.83 - 115, 2014.

RIBEIRO, Fernanda. Escola e favela: uma comparação entre os anos 1950 e os anos 2000. In: BURGOS. Marcelo.; PAIVA, Angela. **A escola e a favela**. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Palla, 2009.

RIBEIRO, L.C.Q; KOSLINSKI, M. C. A cidade contra a escola? O caso do Município do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4, p. 351-378, 2009.

SILVA, Eduardo Ribeiro Violência armada e Educação no Rio de Janeiro: Impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora. **Tese de Doutorado**, UERJ/Ciências Sociais. Ano de obtenção: 2015.

SILVA, Nelson.; HASENBALG, Carlos. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 18, maio 1990, p.73-91.

SKYES, Brooke. Between neighborhood and school: geography and education in Netherlands. **Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie**, vol. 102, n. 5, 2011, p. 607–614

